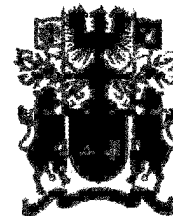




I Representação Parlamentar I

*Rejeitado  
14/10/2015*



## Voto de Protesto

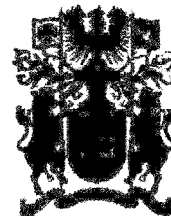
Considerando que o Decreto Legislativo Regional n.º 16/2002/A, de 10 de Maio veio adaptar à Região Autónoma dos Açores o Fundo de Compensação Salarial, criado pelo Dec-Lei n.º311/99, de 10 de agosto, com o objetivo último de reforçar o apoio e proteção dos profissionais da pesca, cujas embarcações estejam imobilizadas por razões excecionais, nomeadamente, o mau tempo e a falta de segurança no mar.

Volvidos mais de dez anos da vigência deste diploma e após as inúmeras propostas de alteração, dos partidos da oposição e de representantes da classe piscatória, que não foram consideradas – nem pela maioria do PS, nem e pelo Governo – verifica-se, hoje, que os remendos feitos em sede de alteração ao Decreto Legislativo, em 2013, pelo Governo Regional, não alteraram os critérios mais penalizadores e excludentes, e não trouxeram justiça social a uma das classes profissionais mais desfavorecidas e penalizadas, da nossa Região.

Considerando que a grande esmagadora maioria dos nossos pescadores auferem rendimentos, mensais paupérrimos, ou seja, vivem e sobrevivem da miséria do quinhão, e tudo isto numa Região Autónoma que tem a maior Zona Económica Exclusiva (ZEE) da União Europeia.

Dados estatísticos do IRS de 2013, mostram que num universo de cerca de 210 pescadores, apenas seis ultrapassaram o salário mínimo regional, sendo que a média dos restantes 204 foi de 200 € a 300 €, por mês. Ao que tudo indica tal situação mantém-se e em muitas situações agravou-se em 2014.

Considerando que o Governo Regional escusando-se na letra da lei e em critérios excludentes, continua alheio à resolução deste problema de pobreza de centenas de agregados familiares, mostrando-se intransigente em ativar a compensação salarial, mais que justa e solidária, perante as condições climatéricas e do mar adversas à faina marítima.



I Representação Parlamentar I

Considerando, ainda, que parte representante do setor veio, agora, reconhecer que houve erro na apreciação das alterações do Governo Regional de 2013 e que estas nada resolveram, apenas blindaram, ainda mais, o diploma em desfavorecimento da classe piscatória.

“ Só agora vimos que aquilo é uma ratoeira. Temos de tentar corrigir, no futuro, alguns pontos daquele Decreto Regional” sublinhou o Presidente da Federação de Pescas dos Açores, lamentando que o Governo Regional não tenha tido “boa vontade” de aplicar os apoios.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias, a Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a aprovação de um voto de protesto ao Governo Regional, pela injustificável não ativação do Fundo Pesca, a centenas de pescadores que por dificuldades alheias à sua vontade enfrentam uma situação de calamidade económica e social.

Propõe-se, ainda, que deste Voto seja dado conhecimento ao Governo Regional, ao Sindicato Livre dos Pescadores, à Federação de Pescas dos Açores.

#### A Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda/Açores

*Zuraida Soares*

(Zuraida Soares)

Horta, 14 de janeiro de 2015

